

Relações de Notícias na Província de Pernambuco entre 1795 e 1803

Gilda Maria Whitaker Verri*

Resumo: Em Portugal, a partir do século XVIII a Real Mesa Censória controlava a impressão de livros e periódicos. Para a Colônia, a circulação se fazia restrita. Passava pelas alfândegas, em caso de suspeição, o material era apreendido pela polícia. Entre 1795 e 1803, em meio a assuntos diversos, poucos noticiosos foram trazidos a Pernambuco por negociantes, como a “Gazeta de Lisboa”, o “Mercurio Historico Politico e Litterario de Lisboa”, e almanaques. As folhas de notícias guardavam o formato de livro, incluindo “novas fora do Reino”, matérias destinadas a alcançar um grande número de homens de letras, padres-mestres, leitores em busca de ilustração pessoal ou de informações sobre vida social e religiosa, acontecimentos, atualidades na administração e na política. Requerimentos existentes na Torre do Tombo permitem a contextualização desses periódicos na sociedade colonial.

Palavras-chave: Leitura – Pernambuco – Colônia- Periódicos – Pernambuco – Colônia

Abstract: In Portugal, in XVIII century the Real Mesa Censória controlled the books and periodical printing. For the Colony, the circulation was restricting. It passed by customs and in suspicions cases the material was seized by police. Through 1795 and 1803, among various issues, traders brought few newspapers and almanacs to Pernambuco like “Gazeta de Lisboa”, “Mercurio Historico Politico e Litterario de Lisboa”. The newspaper had book format, included “news abroad the Kingdom”, issues that was proposed to reach a large number of literary men, priests professors, readers in search of personal illustration or information or information about social life, religious life, events, recent matters in administration and politics. Requirements that exist in Torre do Tombo allow the contextualization of these periodicals in colonial society.

Key Words: Reading – Pernambuco – Colony-Periodicals – Pernambuco – Colony

Ao alvorecer da Idade Moderna, depois das folhas manuscritas, as notícias impressas tratadas como mercadorias passaram a dar lucro a tipógrafos, embora as etapas do ofício fossem lentas e necessários os cuidados a tomar com a censura inquisitorial, a venda e a circulação. Em Portugal, o aparecimento dos noticiosos legais ou clandestinos proporcionava resenhas para um número expandido de homens de letras, padres-mestres, sacerdotes, entre os quais não havia homens letrados, leitores e ouvintes curiosos em busca de ilustração pessoal ou de informações sobre vida religiosa e social, acontecimentos e atualidades. Em uma ou poucas folhas, o texto quase sempre lido em voz alta dava continuidade aos princípios

* Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – doutora em História do Brasil. Apoio do CNPq.

renascentistas. Instruía, “iluminava”, dinamizava a informação, dava sentido e valor aos fatos escolhidos, aconselhava, delineando a consciência histórica do público.

Teriam os noticiosos circulados no Ultramar? Teriam as duas “Relações de Notícias” (1626, reeditada em 1627 e 1628) elaboradas pelo Chantre da Sé de Évora, o Jesuíta Manuel Severim de Faria, chegado às terras de Pernambuco? Escritos em forma de cartas, com destinação a pessoas certas, esses noticiosos traziam assuntos variados em formato de livro. Abordavam o “envio de impressos – livros, gravuras e retratos – de conteúdos de interesse como textos clássicos traduzidos, imagens de representações de cidades e figuras ilustres da época ou do passado europeu, narrativas de episódios de naufrágios, cerimônia de corte e, sobretudo, guerra contra os holandeses na Bahia” (MEGIANI, 2006: 1) estes, lá chegados em 1624. As informações corriam da Colônia para o Reino. Bem informado, o Chantre vivia em ambiente letrado, circundado por uma vasta rede de informantes de várias partes do Reino e de fora, remetentes de cartas manuscritas que, ordenadas alfabeticamente, permitiram e resultaram na melhor organização, localização, circulação de dados e divulgação das “Relações”.

Com o título “Notícias de Portugal” composto pelo Chantre, a edição de 1628 foi republicada por Antonio Isidoro da Fonseca (1740), com as devidas e justificadas licenças do Santo Ofício, com preço estipulado pelo Paço em “hum mil e duzentos réis em papel”. No sumário, a menção a um catálogo das universidades de Espanha e notícias das ciências lá desenvolvidas, mas principiadas em Portugal. A reedição foi para que não se perdessem ou sepultassem “que he tudo o mesmo, as diversas obras, e memorias que elle ofereceo, que tanto acreditavaõ a patria, em cujo obsequio trabalhou toda a vida este Eruditissimo Author” (FARIA, 1740:18).

Entre 1641-1647, dirigida a leitores em geral, circulou com 37 números, a “Gazeta ‘da Restauração’”, assim conhecida por causa do golpe de Estado que tornou Portugal independente, afastando o Rei D. Felipe IV da Espanha. Notícia que logo chegou a Pernambuco conforme registrou Frei Manoel Calado (1985: 201, 203), ou Manuel Salvador, ou Frei Manuel dos Óculos, como era apelidado:

que o Sereníssimo Príncipe Duque de Bragança Dom João foi aclamado, por Rei de Portugal na Cidade de Lisboa e nas mais cidades e vilas de todo o Reino, e tomou pacífica posse de sua Monarquia, logo despachou correios por mar aos reinos da Índia Oriental, e aos mais Estados e ilhas marítimas, sujeitas à sua coroa, fazendo-lhes a saber aos governadores deles, em como já tinham um rei de sua nação [...]

Por carta e pela voz dos emissários, a novidade ao chegar à Bahia o Marquês Vice-Rei ordenou que ninguém saísse de casa, os soldados se pusessem em ala e mandou tocar todas as caixas,

em elas parando, mandou deitar um pregão em voz sonora, e alta, por um pregoeiro, o qual disse estas palavras. Ouvi, ouvi, ouvi, e estai atentos. E logo disse o Vice-Rei estas outras palavras. Real, Real, Real, por o Senhor Dom João Quarto deste nome, Rei de Portugal. E todo o povo respondeu. Real, real, Real, viva El-Rei Dom João o Quarto deste nome, Rei de Portugal.

Se em Pernambuco a “Gazeta ‘da Restauração’” circulava ou não (registro ainda não localizado) as novas corriam, conforme assinalado:

a Restauração, apoiado na alta nobreza, reorganizou administrativa, econômica e militarmente o Reino, tentou desenvolver uma aliança com os principais inimigos de Espanha (França, Holanda, Suécia...) e iniciou uma ofensiva diplomática junto da Santa Sé para legitimar o novo ocupante do trono, para o que desenvolveu a teoria do “Rei natural”, um Rei nacional escolhido pelo povo de um país e não imposto por um poder estrangeiro. Tentou, também, retomar o controle dos territórios ultramarinos portugueses, nomeadamente do Brasil, vendo-se obrigado a enviar tropas para combater e expulsar os holandeses do Nordeste brasileiro, o que colocou o Reino na paradoxal situação de necessitar do apoio holandês na Europa ao mesmo tempo que combatia a Holanda no Brasil. (SOUZA: 1).

O extenso nome, “Gazeta em que se Relatam as Novas Todas que Houve Nesta Corte e que Vieram de Várias Partes no mês de Novembro de 1641, com todas as licenças necessárias” trazia “as notícias militares o cerne da sua atenção: marinha de guerra, escaramuças de fronteira”, conforme analisa Tancredo Morais, militar da Armada Portuguesa, em “Gazeta de 1641, Comemoração do Tricentenário do 1º Periódico Português”, obra resumida por João Alexandre Nogueira dos Santos (Resumo: 1). Era “moderada na linguagem, minuciosa nas informações, escrupulosa na busca da verdade, citando muitas vezes a origem [das informações]” (SOUZA: 1).

A “Gazeta ‘da Restauração’” tivera como primeiro editor o poeta, presbítero secular, Manuel de Galhegos indicado por alvará régio em 14 de novembro de 1641. Na função, surpreendera e apresentara aos leitores um “número de notícias maravilhosas, de milagres, de meninos mudos que falam (para gritar: Viva D. João IV! é lógico), de grandes feitos das armas portuguesas (sem perdas, sempre!), de superstições e credices sebastianescas”. (SOUZA; SILVA; DUARTE: 1).

O surgimento de *gazetas* supria a necessidade de fixar e fazer correr notícias tanto da Coroa para os súditos quanto dos súditos entre si. A palavra adveio de moeda italiana de pequeno valor, equivalendo a meio centavo francês, com a qual se comprava em Veneza uma

folha de notícias, no começo do século XVII. Na França, a gazeta *Mercure François* (1611) fundada em Paris inspirou o *Mercure Galant* (1672) de Jean Donneau de Vizé e posteriormente recebeu colaboração do Abade Raynal, de Marmontel, de Corneille. Em Paris, *La Gazette* apareceu em 1631, fundada por Théophraste Renaudot, com circulação semanal, passando a ser diária em 1792. As gazetas, embora não tivessem periodicidade regular, firmavam-se pela leveza das notícias políticas, literárias, científicas, artísticas e religiosas, por isso, ansiosamente esperadas por leitores das cidades. O redator era a figura principal, aquele que exercia e acumulava papéis de copista, colecionador, editor, tradutor, proprietário, comerciante. Entre redator, copista e cronista as diferenças eram marcadas pelo *status* social em relação ao suporte da informação, ou seja, entre informativo e gazeta. Gazeteiro era quem obtinha, traduzia e escrevia notícias.

Carlos Rizzini (1988: 232) alerta que nenhum noticioso foi impresso entre 1667 e 1704 e durante os últimos anos do ministério do Marquês de Pombal. Em 1715 surgiu a “Gazeta de Lisboa, História Annual Chronologica e Política do Mundo e Especialmente da Europa”. Entre 1718 e 1741 foi denominada “Gazeta de Lisboa Ocidental”, depois retornou ao título original. Até 1760 ficou conhecida como “Gazeta de Montarroyo”, porque o redator e proprietário do privilégio das folhas impressas em formato de livro era José Freire de Montarroyo Mascarenhas. Uma extensa rede de correspondentes locais e estrangeiros ampliava o número de informações semanais, sem que fosse preciso fazer “jornalismo” de opinião (LISBOA, 1998: 408).

A “Gazeta de Lisboa” manteve-se como noticioso em circulação, mesmo após a morte do proprietário em 1760. Para divulgar anúncios, começara em 1727, com a venda de estampas e de livros (DOMINGOS, 2000: 55), destacando traduções que tanto sucesso faziam em outras cidades. Em 1794, o redator anunciou que, pela *Typografia Rollandiana*,

Já pelo gosto, simplicidade e graça, já pela pureza e natural do estilo, já pela verdade dos retratos, já pela arte de narrar e misturar as aventuras sem nada estragar (CAIEIRO, 1980: v. 35, p. 163)

[...]

Saio a luz o Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha, por Miguel de Cervantes Saavedra, traduzido em português, em 8^o, 6 vol. Vende-se por 2880 reis em casa de Francisco Rolland, no largo e nas casas novas de N. Senhora do Loreto. Esta obra, vertida em todas as línguas das nações cultas da Europa, de justiça aparece agora na nossa, para recreio e instrução dos Portugueses: ela é a primeira entre todos os Romances Cômicos... (CAIEIRO, 1980: v. 35, p. 162-3).

A obra repercutiu em Pernambuco, em 1799, quando foi autorizado pela Mesa Censória a José Antonio da Silva, impressor livreiro, a remessa de seis exemplares (VERRI,

2006). Naquele momento, crescia na Província o número de leitores, em vista do intenso comércio com a metrópole, não apenas exportando grande quantidade de açúcar, algodão, couro, madeira, mas importando produtos manufaturados e industrializados, como mantimentos, tecidos e livros. A presença e a atuação do Bispo Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho na administração religiosa, preparando a criação do *Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco*, e cuidando da política, na presidência da Junta do Governo Provisório de Pernambuco, deu novo impulso ao ensino para jovens e à circulação de notícias. O preparo intelectual e o controle político demonstrado pelo Bispo-governante ativaram o fluxo de idéias impressas em forma de livros, possibilitando à Província o recebimento de alguns exemplares de periódicos, ainda com escassos títulos impressos em Portugal.

No final do século XVIII, Antonio Manoel Policarpo da Silva, livreiro, mercador de livros e administrador da loja da Gazeta, localizado à Rua dos Capelistas (CURTO: 2007: 73) requeria trazer um produto de venda ambulante, denominado “gazetas portuguesas”, ou seja, um exemplar da “Gazeta de Lisboa”. Tratava-se de um periódico em formato de livro, medindo 20 cm, publicado na Oficina de Antônio Correa Lemos (1741-1759). Teófilo Braga (apud RIZZINI, 1988: 251) menciona que o periódico corria por todo o Reino e suas Colônias. Sagaz, o remetente era não apenas livreiro, mas autor de várias obras, como as aqui apenas mencionadas, sem registro de envio para Pernambuco: *O piolho viajante: divididas as viagens em mil e huma carapuças*, *Retorno do Almocreve de Peta*, (1798), *O desafio: leituras úteis e divertidas* (1802), *Catalogo* (1805), *Jornal encyclopedico ou diario universal das sciencias e artes...* (1806), *O fructo da ambição: leituras úteis e divertidas* (1819), *Catalogo da Livraria do Real Collegio dos Nobres de Lisboa* (Manuscrito, 1829).

Raros na Metrópole, os periódicos não alcançaram a Província com a possível freqüência. Mas, em outubro de 1795 e julho de 1796, requerimentos à Mesa Censória, hoje sob a guarda da Torre do Tombo, Lisboa, diziam: “*João Baptista Reycend mercador de livros nesta corte elle quer mandar para Pernambuco vários exemplares do Mercurio Histórico desta corte tanto do anno passado como deste como não o pode fazer sem licença por tanto*”. O “*Mercúrio histórico, politico e litterario*”, impresso na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, media 15 cm de altura, mas o renomado livreiro francês, estabelecido em Lisboa desde 1756, não especificou quantidade, preço dos exemplares, nem destinatário. O periódico deve ter feito sucesso em Pernambuco, porque, um mês depois, um novo pedido foi autorizado. O mercador-editor era também co-responsável, em parceria com a Academia Real das Ciências, pela publicação do “*Almanach/ Almanaque*” (de Lisboa, 1782-1823). Pernambuco, em 1795,

recebeu um exemplar enviado por Joaquim José Marques Guimarães. Outro foi remetido em 1796, pelo comerciante Jean-Baptiste Reycend. Em 1802, um novo exemplar foi enviado por André S. Braga e em 1803, outro por Joaquim Felix de Menezes.

A grande tiragem desses folhetins era destinada à divulgação de informações “úteis para toda a gente”, não aprofundando qualquer assunto abordado, quer fossem náuticos, astronômicos, agrícolas, meteorológicos, históricos ou religiosos. Calendários com os santos do dia completavam as informações para o período. Contos e poemas, em alguns casos, davam o tom das belas-letas, como o “Almanaque das Musas”, editado em 1793, na Of. Filipe José de França, Lisboa, com poemas do brasileiro Domingos Caldas Barbosa, de Manuel Maria Barbosa du Bocage, Luís de França e Amaral, Tomás Antonio dos Santos e Silva e do Padre José Agostinho de Macedo, fundadores da Academia de Belas Artes (1790), depois chamada de Nova Arcádia. A edição de 1794 trouxe, do mineiro Inácio José da Silva Alvarenga Peixoto, “Oitavas feitas em obséquio do nascimento de Ilustríssimo Senhor D. Rodrigo José de Menezes, governando a capitania de Minas Gerais”. O “Almanaque” era a primeira versão em português do francês “*Almanach des Muses*”, que Pernambuco passou a conhecer em 1802, trazido um exemplar por Alexandre Mallen, um provável mercador, e em 1803, outro trazido por Antonio Gonçalves da Cruz. Lidos em voz alta, em praças ou tabernas os noticiosos constituíam uma forma de entretenimento poético para a população considerada iletrada.

A autorização dada pela Real Mesa Censória para embarque de periódicos destinados ao Recife não foi constante nem freqüente. Inventários percorridos não registram nenhuma informação a respeito. Mas, os números recebidos talvez fossem destinados a leitores especiais freqüentadores de uma das 64 lojinhas instaladas na Ponte Velha construída pelos holandeses, mandada restaurar e ampliar em 1742, pelo Governador Capitão-General Henrique Luís Pereira Freire. Lá estavam à venda “quinquilharias, louça da Índia, ferragens, fazendas, jóias, chapéus e outras mercadorias” (COSTA, 1983, v. 5, p. 383-4), livros, provavelmente.

Referências

- BELO, André. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760). *Análise Social*, Lisboa, n. 171, jul. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S000325732004000300009&script=sci_arttext>
- _____. *As gazetas e os livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- _____. Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 15-35, jul./dez. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ha/v10n22/22695.pdf>
- CAIEIRO, Francisco Gama. Livros e livreiros franceses em Lisboa nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX. *Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra*, v. 35, p. 162-3, 1980.
- CALADO, Manoel. *O valeroso lucideno e o triunfo da liberdade*. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. 4. ed. Recife: Fundarpe, 1985. 2 v.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953. 10 v.
- CURTO, Diogo Ramada et al. *As gentes do livro*; Lisboa, século XVIII. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.
- CUNHA, Alfredo. *Elementos para a História da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Lisboa: Tip. Ottográfica, 1941. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4. Disponível em: <<http://teoriadojornalismo.ufp.pt/livros/cunha1941/>>
- DOMINGOS, Manuela. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.
- FARIA, Manuel Severim de. (1583-1655). *Notícias de Portugal*. 2. Impressão acrescentadas pelo Padre D. José Barbosa. Lisboa Occidental: Na Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740. - [24], 466 p. Disponível em: <<http://purl.pt/698>>
- LISBOA, J. L. *Mots [dits] écrits: formes et valeurs de la diffusion des idées au 18^{ème} siècle au Portugal*. Florence: Institut Universitaire Européen, Département d’Histoire et Civilisation, 1998. p. 408. [Tese]
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *Conexões e informantes entre Portugal e as partes do Império no tempo dos Filipes: o circuito do Chantre Manuel Severim de Faria*. Lisboa: 2006. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_details.html?aut=326>
- MERCURE . Disponível em: <http://mapage.noos.fr/mlopez/quot_journaux.htm>
- MORAIS, Tancredo. Gazeta 1641. Lisboa: Revista Militar, 1941. In: SANTOS, João Alexandre Nogueira dos. *Resumo de Tancredo Morais*. “Gazeta” de 1641, Comemoração do Tricentenário do 1º periódico Português. Disponível em: <<http://teoriadojornalismo.ufp.pt/livros/morais1941/>>
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822, com breve estudo geral sobre a informação: meios de comunicação, correio, catequese, ensino, sociedades literárias, maçonaria, etc, com numerosas ilustrações*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.
- SANTOS, João Alexandre Nogueira dos. *Resumo de CUNHA, Alfredo. Elementos para a História da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Lisboa: Tip. Ottográfica, 1941]. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4. Disponível em: <<http://teoriadojornalismo.ufp.pt/livros/cunha1941/>>

_____. *Resumo* de MORAIS, Tancredo. *Gazeta 1641, Comemoração do Tricentenário do 1º periódico Português*. Lisboa: Revista Militar, 1941. Disponível em:

<<http://teoriadojornalismo.ufp.pt/livros/morais1941/>>

SOUZA, Jorge Pedro. *Relembrando o contexto histórico: Portugal 1644-1974*. Lisboa: Universidade Fernando Pessoa [s.d.]. p. Disponível em:

<<http://teoriadojornalismo.ufp.pt/contexto/>>

_____; SILVA, Nair; DUARTE, Carlos. *A Gazeta “da Restauração”*: Uma apresentação.

Disponível em: <<http://gazeta.ufp.pt/apresentacao/>>

VERRI, G. M. W. *Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. 2 v.